

A vala clandestina de Perus: entre o passado e o presente

*The clandestine mass grave of Perus: between past
and present*

Janaína de Almeida Teles¹

Resumo: A transição para a democracia no Brasil ocorreu sem rupturas evidentes. Sob a forte presença do legado ditatorial, a reconstituição factual e a reflexão crítica acerca do período autoritário permeiam-se por zonas de silêncio e interdições. Nesse contexto, a formação da memória sobre a repressão da ditadura teve dois eventos fundamentais, a publicação do projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. O objetivo deste estudo é jogar luz sobre a abertura da vala de Perus, evento “fundacional” que empurrou os limites da transição controlada do país, oferecendo um panorama reflexivo sobre a interdição do passado recente. Este panorama beneficia-se de entrevistas inéditas com pessoas diretamente envolvidas nesses eventos, documentos inéditos ou pouco explorados e uma ampla revisão da bibliografia existente sobre o assunto.

Palavras-chave: Transição Política; Tortura; Mortos e desaparecidos políticos; Ditadura; Memória; Vala de Perus.

Abstract: *The Brazilian transition to democracy occurred without significant ruptures. Under the heavy legacy of the civil-military dictatorship, factual reconstitution and critical thinking related to the authoritar-*

¹ Pós-doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutora em História pela Universidade de São Paulo. Mestre e Doutora em História Social por esta mesma instituição.

ian period remain intertwined with silence zones and interdictions. The constitutive process of the memory concerning the repression during the dictatorship is comprised by two fundamental events: the opening of the clandestine mass grave of the hillside cemetery of Perus. The main goal of this study is to offer a reflexive analysis on the interdiction of the recent past, establishing a narrative centered on this foundational moment, which have pushed the limits of the negotiated political transition that was implemented in the country. The analysis is based upon interviews with persons that were directly involved in these events, rare documents, and an extensive bibliographic review on the matter.

Keywords: *Political transition; Torture; Dead and political disappeared; Dictatorship; Memory; clandestine mass grave of Perus.*

INTRODUÇÃO

No Brasil, a transição para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes. Sob a forte presença do legado ditatorial, a reconstituição factual e a reflexão crítica acerca do período autoritário permeiam-se por zonas de silêncio e interdições. Decorridos mais de 30 anos desde o fim do regime de exceção, muitos acontecimentos permanecem desconhecidos ao mesmo tempo em que se observa a existência de importantes lacunas nas articulações entre o passado e o presente, no que tange ao legado da ditadura e à memória daqueles que a ela se opuseram ativamente.

Visando contribuir para o entendimento deste processo histórico, este estudo procura caracterizar a formação das memórias sobre a repressão da ditadura, desde a perspectiva de um evento histórico emblemático: a abertura da vala de Perus em 1990. O objetivo é oferecer um panorama reflexivo sobre a interdição do passado recente, estabelecendo uma narrativa sobre a história da vala clandestina, das investigações iniciadas após sua revelação, bem como da formação da memória social referente à ditadura desde esse momento ‘fundacional’, o qual empurrou os limites da transição controlada a que o país assistiu.

É de se considerar que tanto o registro memorialístico quanto a análise da documentação permitiram-nos traçar um quadro sobre o contexto da abertura da vala de Perus e a longa e inconclusa investigação dos restos mortais ali encontrados. Tal análise nos permite aprofundar o conhecimento a respeito da ditadura militar, das disputas pelas memórias e interpretações históricas estabelecidas em torno do período e, particularmente, desse evento. Os testemunhos aqui compilados² e os documentos consultados revelam a efetiva importância da abertura da Vala de Perus para a sistematização e divulgação das denúncias dos crimes cometidos pela ditadura, as quais contribuíram decisivamente para a democratização do país e a formação de uma memória social negativa sobre o período.

A transição democrática se revelou um período no qual a sistematização e divulgação das denúncias dos crimes da ditadura contribuíram para a criação de alguns mecanismos de recuperação da verdade histórica e jurídica capazes de transmitir memórias desse período, possibilitando-nos construir uma visão singular desse processo histórico. Não obstante os avanços mencionados, os esforços da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014, vol. I, II) e da criação de políticas de memória e reparação, cuja ênfase incidiu sobre a reparação econômica, não há no país um levantamento exaustivo sobre as pessoas torturadas, assassinadas ou perseguidas por razões políticas, as circunstâncias de tais crimes e seus responsáveis, entre outros aspectos³.

Ao longo dos últimos 30 anos revelaram-se a fragilidade das investigações de muitas dessas denúncias, assim como os obstáculos para ampliar as mesmas e reverberá-las no seio da sociedade. A ampliação dos testemunhos e das denúncias poderiam ter criado uma “capaci-

2 Os testemunhos compilados neste texto compõem minha dissertação de mestrado. Os principais critérios utilizados para a seleção da amostragem do grupo entrevistado foram os de idade e envolvimento direto na militância da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos desde os anos 1970 ou do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1980, cf. Teles (2005, p. 25-6). Estas entrevistas encontram-se disponíveis para consulta no arquivo do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE).

3 Para uma visão crítica das políticas de memória e da CNV, ver Teles (2011), Quinalha e Teles (2015) e Pádua Fernandes (2015). Para uma visão mais positiva, ver Montenegro, Rodeghero e Araújo (2012); Weichert (2014); entre outros.

dade de escuta” relativa às experiências traumáticas vivenciadas ao longo do período. A negação do direito à verdade e à justiça, assim como as limitações nas políticas de reparação referentes ao passado recente, têm dificultado ou impedido a articulação e a transmissão das memórias desses anos de violência, fundamentais para a elaboração simbólica, o trabalho de luto e a construção de um referencial crítico sobre o período.

Em decorrência, observamos, além da prevalência da impunidade quanto aos crimes do Estado ditatorial, um panorama de retrocessos nos processos de avaliação do passado recente e de elaboração dos traumas históricos do período e de declínio da cultura de valorização dos direitos humanos no país. Nesse contexto insere-se o debate em torno das memórias e heranças da ditadura militar no Brasil, a ser desenvolvido no presente estudo.

1. A CONFLITUOSA HISTÓRIA DAS MEMÓRIAS

Podemos dizer que, na atualidade, a relação entre história e memória e a reflexão sobre a temporalidade, o passado e os processos de mudanças sociais tornaram-se uma preocupação central para as ciências sociais e, mais amplamente, para a sociedade. A “cultura da memória” (Huyssen, 2002) e as políticas públicas de memória se tornaram transnacionais e, até, globais. A recordação passou a ser essencial para a formação identitária, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, oferecendo um palco para o conflito e a identificação. Enquanto certos tipos de memória se retraíram –, tais como a memória de aprendizagem, a memória formativa ou a experiencial⁴ –, outras formas ganharam importância. Por meio de reivindicações e disputas, essas memórias têm exercido pressões sobre o presente, tornando-se vitais para a formação cultural (Assmann, 2011, p. 20).

4 Note-se que, tanto a memória formativa quanto a memória de aprendizagem são classificados pela psicologia como memória semântica (Assmann, 2011; Ades, 1993).

A emergência da memória de traumas históricos no espaço público durante o século XX, sobretudo após a II Guerra Mundial, impôs uma reconfiguração do *status* da memória e do recordar. O regime da memória social mudou e o papel das vítimas se tornou relevante. Tornou-se lugar comum considerar que, ao contrário da facticidade do passado que não pode ser alterada, o seu *sentido* forçosamente se transforma ao sabor das intenções, disputas políticas e expectativas (Ricoeur, 2007). Esta dinâmica aproxima o passado do futuro quanto à sua abertura e indeterminação, bem como quanto à porosidade da ação dos sujeitos históricos, abrindo uma janela de oportunidades para se estabelecer e transmitir novas narrativas.

O debate em torno da atribuição de sentido a esta estrutura dinâmica que é o passado, vincula-se à análise dos processos e atores sociais envolvidos na construção e formalização das memórias, especialmente sobre feitos notáveis e eventos transversais à passagem do tempo. Os atores sociais diversos lutam para afirmar a legitimidade de sua posição, em face de seus vínculos com o passado, estabelecendo continuidades ou rupturas com o mesmo.

As construções divergentes e disputas trazem à tona o papel central dos agentes estatais no estabelecimento e elaboração das histórias e memórias oficiais, as quais podem ou não se tornar hegemônicas, combinado aos intentos que visam definir e reforçar sentimentos de pertencimento alinhavados para a manutenção da coesão social e a defesa das fronteiras simbólicas. Como toda narrativa, as versões oficiais são seletivas, embora nem todas devam ser consideradas tão enviesadas ideologicamente quanto a maioria das versões oficiais da história (Winter, 2006).

Transições políticas determinam esferas públicas singulares, em que narrativas antes silenciadas podem ganhar a luz, gerando novos relatos e sentidos. Tais momentos de mudança político-institucional são importantes para a memória por vários motivos, entre os quais se destacam as alterações na relação entre Estado e sociedade, em face das tensões que permeiam a construção do legado do regime anterior e seu sentido. Por vezes, as memórias de quem foi oprimido e

marginalizado surgem através do testemunho a exigir justiça. Nesses momentos, memória, verdade e justiça permeiam-se mutuamente. Podemos dizer que estes momentos de mudança representam “um novo intento fundacional” (Jelin, 2002, p.43-4), onde estão em conflito novas e velhas leituras do passado.

No Brasil pós-ditadura, as disputas pela memória da repressão política foram marcadas pela publicação do relatório do projeto *Brasil Nunca Mais* (BNM), em 1985 – o ato ‘fundacional’ na construção da memória social sobre os crimes da ditadura – o qual favoreceu a constituição de uma consciência coletiva acerca da política repressiva do período e do *status* dos sobreviventes. Esse livro foi instrumentalizado, sobretudo, para a formação escolar e acadêmica, assim como para a sistematização de denúncias (Capelato, 2007, p.14-7), as quais vêm se desdobrando em diversos sentidos⁵.

O segundo ato memorialístico ‘fundacional’ sobre a repressão do período ditatorial foi a abertura da vala clandestina do cemitério D. Bosco de Perus, em setembro de 1990. Este evento pautou-se pela busca dos restos mortais de militantes assassinados pela repressão estatal na ditadura e obteve grande repercussão junto à opinião pública, com efetivas consequências investigatórias. Em seguida à abertura da vala encontrada no cemitério localizado na periferia de São Paulo, iniciaram-se as escavações de exumação das ossadas, impondo-se a realização de pesquisas de antropologia forense⁶. Ao lado deste trabalho, ocorreu a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo, em 17 de setembro de 1990, a qual se constituiu

5 O projeto BNM copiou secretamente 707 processos completos e dezenas de outros incompletos do período transcorrido entre 1964 e 1979, reunindo cerca de 1,2 milhão de documentos. Nos dois anos subsequentes à sua publicação, o BNM foi a obra literária mais vendida do Brasil (Lima, 2003), superando a marca de 300 mil exemplares em 38 edições até 2009.

6 A antropologia forense é um ramo da antropologia física que tem como principal objetivo a identificação de restos mortais de seres humanos através de um processo técnico científico sistematizado. Essa especialidade examina, quando possível, as causas da morte, retratando e reconstituindo a cena da morte, assim como o exame dos ossos e suas lesões, com grande relevância na esfera penal, cf. Salama (1992).

na única experiência de investigação parlamentar a respeito dos crimes da ditadura no país.

A abertura da vala de Perus influenciou o desvelo de outras valas clandestinas contendo restos mortais de militantes assassinados no Rio de Janeiro e em Pernambuco, em 1993. A repercussão nacional desses fatos favoreceu a pesquisa nos arquivos do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, a partir da iniciativa de familiares de mortos e desaparecidos políticos. O mesmo veio a acontecer no IML do Rio de Janeiro. Em 1990, iniciaram-se também os processos ético-profissionais nos Conselhos Regionais de Medicina (CRM) destes estados para apurar a conivência e o respaldo técnico dos médicos-legistas ao aparato repressivo desse período.

Desde o ano de 1990, a pedido dos familiares, o presidente Fernando Collor promoveu a abertura dos arquivos das polícias políticas estaduais, os DOPS. A documentação encontrada, especialmente no DEOPS/SP, dotou os processos e as denúncias de novas informações. Esse processo culminou na criação da Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional e na promulgação da Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei n. 9.140), em dezembro de 1995.

As iniciativas relativas às escavações e investigações sobre os mortos e desaparecidos políticos, porém, foram realizadas com pouco apoio oficial. Em diversos momentos, observou-se uma postura negligente do poder público, o que prejudicou enormemente o andamento das investigações. O balanço dessa experiência demonstra que o processo de democratização foi sistematicamente marcado por mecanismos de denegação e bloqueio de medidas de responsabilização. Esta conjuntura impediu a profusão de procedimentos judiciais e extrajudiciais de recuperação factual, a qual acabou limitada, em grande medida, à sistematização e divulgação de relatórios e informes. Essas ausências têm dificultado a realização de um amplo e efetivo debate na sociedade brasileira sobre o legado de violência da ditadura, contexto no qual o presente artigo se insere, conforme será abordado a seguir.

2. A ABERTURA DA VALA CLANDESTINA DE PERUS

No contexto de declínio da repressão ditatorial que, entre 1978 e 1979, familiares de mortos e desaparecidos políticos confirmaram suas suspeitas de que militantes assassinados pela repressão política eram sepultados como indigentes no cemitério D. Bosco, em Perus. Ao pesquisar os livros de sepultamento, verificaram a existência de registros referentes a militantes mortos ou desaparecidos identificados com nomes falsos, utilizados na militância clandestina. Por meio dos relatos de funcionários e do administrador do cemitério souberam que, em 1975, muitas ossadas das quadras 1 e 2 da gleba 1 do cemitério haviam sido exumadas, permanecendo cerca de seis meses depositados na administração. No ano seguinte, foram enterradas numa vala clandestina criada próxima ao Cruzeiro do cemitério.

De acordo com o relato de Suzana K. Lisbôa, as primeiras buscas foram impulsionadas pelas informações sistematizadas pelas familiares no III Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1979:

[...] Iara [Xavier Pereira] contou a história da descoberta do cemitério de Perus feita pela sua tia Irene [...]. A família da Iara estava exilada, mas esta tia procurou os corpos de Iuri e Alex Xavier Pereira, quando viu as notícias de suas mortes na imprensa. Ela não encontrou o local onde eles estavam enterrados. [...] Muitos anos depois, seu marido faleceu e [...] ao enterrá-lo [no cemitério de Perus], ela resolveu ver o que constava nos livros do cemitério relativo à morte dos sobrinhos. Ela encontrou o nome do Iuri e, na data da morte do Alex, havia o registro de um nome que lhe pareceu familiar, João Maria de Freitas. Ela encontrou a nota do jornal que informava a morte do Alex, na qual constava que ele usava o nome de João Maria etc. Nós ainda não tínhamos procurado os desaparecidos pelos seus nomes falsos. Além disso, Ivan [Seixas] nos contou que seu pai havia sido o primeiro a ser enterrado naquele cemitério, o que nos levou a viajar [...] para São Paulo e procurar informações em Perus. [...] Lá, nós achamos os dados sobre o Ico [Luis Eurico

Tejera Lisbôa, seu marido desaparecido], o Iuri, Alex, Lana, entre outros. [...] Foi uma emoção muito forte. [...] assim, soubemos da existência da vala (Lisbôa, 2003; 2004).

Na ocasião, os familiares realizaram uma reunião no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e decidiram manter a notícia em segredo para não levantar suspeitas, enquanto realizavam mais pesquisas, incluindo o exame nos arquivos dos demais cemitérios da cidade de São Paulo. Nesse período, soube-se que em 1979, Gilberto Molina, irmão de Flávio Carvalho Molina (1947-1971), militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo)⁷ assassinado em novembro de 1971 na capital paulista, conseguiu autorização judicial para abrir a vala, ao comprovar que seu irmão havia sido sepultado com o nome de Álvaro Lopes Peralta, exumado em 1975 e transferido para a vala clandestina (Molina, 2004). Naquele contexto, porém, não foi possível abri-la (Teles, 2005, p.190-91).

Depois de intensa investigação, os familiares concluíram que, pelo menos oito corpos de militantes assassinados haviam sido enterrados no Cemitério D. Bosco⁸. Desse total, três eram considerados desaparecidos, enquanto cinco eram sabidamente mortos, embora seus corpos tivessem sido ocultados dos familiares. Nessa época, o levantamento realizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) contava com 74 nomes de desaparecidos (*Idem*, p.191-92).

As investigações apontavam que um dos perseguidos políticos enterrados no cemitério de Perus era Luiz Eurico Tejera Lisbôa (1948-

7 Em 1971, surge uma dissidência da Ação Libertadora Nacional (ALN) denominada Movimento de Libertação Popular (Molipo). O grupo tenta estabelecer um recuo, em 1973, em direção ao “trabalho de massas”, mas novas prisões e mortes desarticulam-na em maio de 1974, cf. Ridenti (1993, p. 31-2) e Arquidiocese de São Paulo (1989, p. 44-9).

8 Além de Dênis Casemiro e Luiz Eurico, estima-se que estavam enterrados no Cemitério D. Bosco Joaquim Alencar de Seixas (1922-1971); Iuri Xavier Pereira (1948-1972); Alex de Paula Xavier Pereira (1949-1972); Sônia Maria de Moraes Angel Jones (1946-1973), Antônio Carlos Bicalho Lana (1949-1973) e Molina.

1972), guerrilheiro da ALN⁹ desaparecido em setembro de 1972, em São Paulo. Enterrado como Nelson Bueno, seus restos mortais foram recuperados graças à incessante busca de sua companheira, Suzana Keniger Lisbôa. Conforme seu relato, ela se lembrava do nome para quem remetia cartas quando queria se comunicar com o marido:

[...] era Nelson B. Não me lembrava do sobrenome, mas havia um Nelson Bueno enterrado no cemitério de Perus na primeira semana de setembro de 1972. Quando vi Bueno, tive certeza de que era ele. [...] Fui conversar com o jornalista Ricardo Carvalho, da revista *IstoÉ*, e decidimos fazer uma matéria sobre o caso. [...] Fomos ao endereço que constava como o local onde o corpo do lco teria sido encontrado. Era uma pensão no bairro da Liberdade. Nos apresentamos dizendo que Nelson tinha desaparecido havia muitos anos e que a mãe dele chorava muito etc. [...] mostramos a foto do lco, as pessoas a reconheceram como sendo de Nelson Bueno, o rapaz que teria se suicidado na pensão. [...] Conversamos com três moradores e voltamos diversas vezes, gravamos conversas e tiramos fotos. [...] Desde o início, eles contaram uma versão mirabolante da sua morte [...]. Por fim, achamos o boletim de ocorrência no distrito da Liberdade, mas não encontramos o inquérito policial. Decidimos então divulgar a descoberta durante a votação da Lei de Anistia [...]. Percebemos que estávamos sendo seguidos e consideramos que era mais seguro fazer a divulgação (Lisbôa, 2003; 2004)

Outra sepultura de desaparecido localizada em Perus, naquele período, foi a de Dênis Antônio Casemiro (1942-1972). Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)¹⁰ foi preso em abril de 1971 nas

9 A ALN foi uma organização de inspiração marxista-leninista criada em 1967, cujo principal líder era Carlos Marighella, comunista desde os anos 1930. Atuou na luta armada contra a ditadura, advogando a revolução socialista, a ser realizada em duas etapas no Brasil, sendo a primeira democrático-burguesa, cf. Ridenti, *op. cit.* e Arquidiocese, *op. cit.*

10 A VPR foi um grupo de resistência armada à ditadura militar, criado em 1967, cujo objetivo principal era instaurar o socialismo no Brasil. Formou-se desde a união de dissidentes da POLOP com remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A VPR compôs uma fusão com integrantes do Comando de Libertação Nacional (Colina), dando origem à VAR-Palmares (Vanguarda Revolucionária Palmares). Em 1970, reconstruiu-se,

proximidades de Imperatriz (MA), num local destinado a treinamento de guerrilha. Dênis teria sido assassinado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury no mês de maio daquele ano, na capital paulista (Almeida, 2009, p.250).

A descoberta das duas sepulturas foi revelada no dia 21 de agosto e divulgada na manhã seguinte no Congresso Nacional, antes do início da votação do projeto de Lei de Anistia. A notícia ganhou grande repercussão na imprensa. O movimento dos familiares, aliado à campanha pela anistia, conseguiu desmascarar as versões oficiais relativas às mortes dos militantes desaparecidos (Teles, 2005, p.191-2). Um documento assinado pelo conjunto dos familiares foi distribuído em Brasília, no qual constava a denúncia do desaparecimento de perseguidos políticos, os métodos de ocultação de cadáveres, exigia a restituição de seus restos mortais, bem como a responsabilização judicial dos que cometeram tais crimes, conforme se pode ler:

Nossas atenções se voltam para estes casos, na medida em que eles demonstram claramente o alcance do terror repressivo. O governo, além de prender arbitrariamente, torturar e assassinar seus opositores, criando na maior parte das vezes versões escabrosas [...] para encobrir os assassinatos sob tortura, criou um novo conceito [...] o de 'desaparecidos'. [...] Enquanto o projeto de anistia proposto pelo governo tenta sepultar nossa luta de anos pela elucidação dos fatos e a busca dos responsáveis pelo "desaparecimento" de nossos familiares com a proposta de atestado de morte presumida, trazemos a público o verdadeiro fim dado a dois de nossos desaparecidos, desmascarando assim a clara intenção do governo em ocultar os fatos. Exigimos a elucidação dos "desaparecimentos"! Exigimos a responsabilização judicial pelas mortes ocorridas! Exigimos o fim do aparato repressivo! Por uma anistia ampla, geral e irrestrita! (CFMDP, 1979, p.3-4).

mas, em 1973, finaliza suas atividades, após sofrer severas baixas, cf. Arquidiocese, *op. cit.*, p. 57-61.

A edição da revista *IstoÉ* apresentou na capa a foto da sepultura de Luiz Eurico no Cemitério de Perus, acompanhada da seguinte manchete: “*Aqui está enterrado um desaparecido. Anistia: A derrota do governo* (Carvalho, 1979).” Apesar da aprovação do projeto de anistia parcial do governo no Congresso Nacional, os familiares conseguiram impor desgastes à ditadura. A revelação da existência de restos mortais de perseguidos políticos apresentava perspectivas para a elucidação dos desaparecimentos forçados e o enfrentamento do legado da ditadura.

Apesar do impacto gerado por essas denúncias, os familiares e ativistas de direitos humanos ficaram impossibilitados de levar adiante as investigações desses casos, devido à repressão política ainda vigente no país (Teles, 2005, p.193).

Apenas em 1990, o repórter Caco Barcellos tomou conhecimento da existência da vala clandestina em Perus, ao investigar laudos necrocópicos do IML ao longo de uma pesquisa sobre a violência policial em São Paulo. De acordo com o relato de Barcellos, durante uma visita ao cemitério D. Bosco, o então administrador, Antonio Pires Eustáquio, o convidou para se afastar

[...] e ir ao fundo do prédio da administração. Fomos até às covas porque ele me queria contar uma história que pretendia contar há bastante tempo. Ele contou-me que havia sido testemunha da abertura de uma grande vala nos anos 70, onde teria sido colocada uma grande quantidade de ossadas. Ele calculava alguma coisa por volta de 1500 ossadas. Isto teria sido feito por parte de homens da repressão política e ele guardava aquele segredo há muito tempo. [...] Procurei saber, então, se havia um registro oficial da vala e realmente não havia. A partir desse momento, achei que a matéria era importante, pois no mínimo, havia naquele cemitério uma irregularidade grave, já que possuía uma vala clandestina (Barcellos, 2001, p.208).

A pedido do jornalista, a vala clandestina foi aberta, ganhando grande repercussão na imprensa nacional e internacional (*Idem, Ibi-dem*). No dia seguinte à divulgação de sua abertura estava progra-

mada a exibição do episódio especial do *Globo Repórter* a respeito dessa investigação, mas este foi exibido apenas cinco anos depois (Lisbôa, 2003 e 2004).

Em seguida, a então prefeita Luiza Erundina criou a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus, composta por familiares de mortos e desaparecidos políticos e ativistas de direitos humanos com o objetivo de acompanhar os trabalhos de identificação das ossadas encontradas e apurar a existência de outras valas clandestinas nos cemitérios da cidade¹¹.

Os familiares e ativistas dos direitos humanos reivindicaram a transferência das ossadas para o Departamento de Medicina Legal (DML) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pois médicos legistas que assinaram laudos falsos de militantes assassinados sob tortura ainda atuavam no IML/SP. Neste período, seu diretor era José Antônio de Melo, o mesmo médico legista que havia assinado o laudo necroscópico de Manoel Fiel Filho, militante do PCB¹² torturado até a morte no DOI-Codi/SP¹³, em janeiro de 1976.

Os familiares, representantes do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV), da Anistia Internacional e da *Human Rights Watch-Americas* convidaram o Dr. Clyde Snow e membros da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF)¹⁴ para colaborar com o Departamento de Medicina Legal da Unicamp (DML/Unicamp) na ca-

11 Atuei como pesquisadora da Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus em 1992.

12 Partido de inspiração marxista-leninista, fundado em 1922, cujo objetivo estratégico é a construção do socialismo. A organização passou a defender a via pacífica de transformação social a partir dos anos 1950, sofrendo diversas cisões, sobretudo após o golpe de 1964, cf. Arquidiocese (*op. cit.*, p.57-61).

13 O Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna foi criado em 1970, combinando serviços de informação e repressão, composto por órgãos dos três ramos das Forças Armadas e pelas Polícia Civil, Federal e Militar, subordinado ao Exército. Destinado a combater o "inimigo interno", sua filosofia de atuação era pautada pela Doutrina de Segurança Nacional, formulada nos Estados Unidos e aprofundada pelos franceses após a Guerra da Argélia, cf. Teles (2011, p.88-9).

14 ONG criada em 1984 com o objetivo de promover investigações de antropologia forense, a fim de identificar desaparecidos políticos e dar a conhecer as circunstâncias de tais crimes, que possui grande experiência e projeção internacional, cf. Salama (1992).

atalogação e identificação das ossadas encontradas na vala. A equipe de medicina legal da Unicamp, porém, não concordou com sua participação nas investigações.

Na vala foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, vítimas dos esquadrões da morte, de crianças atingidas pelo surto de meningite (censurado durante nos anos 1970) e de perseguidos políticos, assassinados pela repressão ditatorial. Em dezembro de 1990, essas ossadas devidamente catalogadas e embaladas foram transferidas para a Unicamp. A visibilidade alcançada pela abertura da vala possibilitou que os familiares obtivessem acesso aos arquivos do IML/SP. O governador de São Paulo, à época, Orestes Quércia, demitiu seu diretor para tornar possível a pesquisa nos arquivos da instituição. Os familiares analisaram mais de 72 laudos necroscópicos de perseguidos políticos assassinados durante a ditadura (Lisbôa; Teles, 2012, p.67).

As investigações confirmaram as suspeitas de que outros cemitérios foram utilizados para enterrar militantes assassinados no período ditatorial, como o de Vila Formosa e o de Campo Grande. Antes da inauguração do cemitério D. Bosco, os presos políticos assassinados em São Paulo eram enterrados como indigentes, no cemitério de Vila Formosa, na zona Leste, periferia da cidade. Foram efetuadas requisições de exame necroscópico de alguns militantes que haviam sido assinalados com a letra “T” em vermelho, em alusão à palavra “terrorista”. Desde o início de 1969, este era o procedimento adotado pelos órgãos de segurança paulistanos. Estima-se que pelo menos 14 perseguidos políticos tenham sido enterrados no cemitério¹⁵.

Com efeito, a localização de documentos referentes ao prisioneiro político José Maria Ferreira de Araújo, realizada pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, motivou novas investigações. Apurou-se que Araújo havia sido enterrado com o nome

15 Estima-se que foram enterrados em Vila Formosa Alceri Maria Gomes da Silva, Antônio Raymundo de Lucena, Edson Neves Quaresma, Yoshitane Fujimori, Joelson Crispim, José Maria Ferreira de Araújo filiados a VPR; Antônio dos Três Reis de Oliveira, José Idésio Brianezi, Sérgio Roberto Corrêa e Virgílio Gomes da Silva, da ALN. Norberto Nehring, integrante da ALN, foi enterrado em Vila Formosa, mas posteriormente conseguiu-se sepultá-lo no jazigo da família, cf. Almeida (2009, p. 189-91).

falso de Edson Cabral Sardinha, na sepultura 119 da quadra 11, do cemitério de Vila Formosa. Em novembro de 1990, iniciaram-se as escavações no cemitério. Mudanças na disposição de algumas quadras, efetuadas em 1975, porém, impossibilitaram a localização dos seus restos mortais e de demais militantes (Almeida *et. al.*, 2009, p. 202).

De acordo com a investigação da CPI da Vala de Perus, essas alterações foram realizadas sem projeto, registro ou procedimentos com vistas à futura localização das sepulturas. A área na qual estava localizada a antiga quadra 11, conhecida como a quadra dos “terroristas”, foi descaracterizada com a alteração do traçado das ruas que demarcavam as quadras. Elas foram alargadas e as árvores plantadas sobre elas invadiram as áreas reservadas às sepulturas. Sobre essas quadras foram efetuados novos sepultamentos, em sentido diagonal ao antigo, inviabilizando a localização dos restos mortais anteriormente enterrados ali.

Outras buscas por restos mortais foram realizadas, tais como as realizadas na região da Guerrilha do Araguaia, em 1991, por familiares e a Comissão Justiça e Paz/SP. Na ocasião, uma ossada foi encontrada e trazida para a Unicamp, mas sua identificação ocorreu somente cinco anos depois¹⁶. Escavações similares as de Perus foram iniciadas no cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, em 1993, mas não prosperaram.

A despeito das resistências encontradas, os resultados preliminares desse trabalho estimularam novas escavações de antropologia forense no Pará e em Foz do Iguaçu (PR), gerando importantes avanços políticos e institucionais.

3. A CPI DA VALA DE PERUS

As exumações de restos mortais de mortos e desaparecidos políticos realizadas no cemitério D. Bosco desempenharam um papel catalisador junto à opinião pública brasileira, sobretudo devido à ampla

16 A ossada da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva foi identificada graças à publicação de uma foto sua, já morta, no jornal *O Globo*, enviada anonimamente, cf. Barsotti *et ali* (1996, p. 14).

divulgação do tema nos meios de comunicação. Neste contexto, entre outubro de 1990 e abril de 1991 funcionou na Câmara Municipal de São Paulo a CPI instaurada para investigar as irregularidades relacionadas à vala clandestina de Perus¹⁷.

Durante seis meses, a CPI trabalhou na recuperação factual e obteve informações e provas irrefutáveis sobre a organização de um esquema formado por militares, a polícia política (DEOPS) e médicos legistas do IML/SP para ocultar as causas das mortes e os cadáveres de perseguidos políticos assassinados. Em 42 sessões ordinárias e uma extraordinária foram ouvidos os depoimentos de 82 pessoas entre sobreviventes, militares, policiais, médicos legistas, um ex-prefeito e dois ex-governadores e recuperados centenas de documentos, somando aos autos 10 mil folhas.

A CPI iniciou seus trabalhos sob o impacto da abertura da vala e sem uma estratégia clara de investigação, conforme o testemunho da então vereadora Teresa Lajolo:

De repente, a gente ficou sabendo da existência da vala de Perus e, logo em seguida, tornei-me a relatora da CPI. Aquilo foi uma surpresa. Tivemos de entender o que era essa história. A primeira providência que tomamos foi entrar em contato com os familiares de mortos e desaparecidos políticos, com quem fizemos várias reuniões informais. Eles nos contaram a história da vala e, a partir das informações que eles levantaram, começamos a esboçar o que deveríamos investigar e quem seria convocado para depor. Não havia um plano estabelecido, nem estavam definidos quais critérios iríamos utilizar. Convocávamos as pessoas para depor conforme apareciam as informações (Lajolo, 2012).

A Comissão utilizou como guias para o trabalho de investigação, o BNM, o “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964”, elaborado pela Comissão de Familiares, e o livro “Tortura”,

17 A CPI foi composta por 4 vereadores: Júlio César Caligiuri Filho (presidente), Teresa Lajolo (relatora), Ítalo Cardoso e Vital Nolasco, que substituiu Aldo Rebelo, cf. Caligiuri Filho (1992).

do jornalista Antonio Carlos Fon. Ademais, fez inspeções nos cemitérios da cidade e em possíveis centros de tortura clandestinos; colhendo vasta documentação do Serviço Funerário Municipal (SFM) e da administração pública à medida que os depoimentos foram sendo coletados.

Na primeira fase, foram ouvidos funcionários e ex-funcionários, ex-administradores do cemitério d. Bosco e membros do SFM. Em seguida, a CPI ouviu os depoimentos de funcionários, médicos legistas e administradores do IML. As declarações destes levaram a CPI a chamar para depor os antigos funcionários e delegados do DEOPS/SP. Estes testemunhos fizeram diversas referências a integrantes do DOI-Codi/SP, também ouvidos pela CPI. Alguns deles, tais como Carlos Alberto Brilhante Ustra, Benoni de Arruda Albernaz e Dalmo Luiz Cirillo foram convocados, mas não compareceram. Estes depoimentos foram entremeados pela tomada dos testemunhos de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos políticos e de ativistas de defesa dos direitos humanos.

A fundação do cemitério Dom Bosco, em Perus, data de 1971 (gestão do prefeito Paulo Maluf), tendo sido concebido para receber indigentes. Preconizava-se, na ocasião de sua concepção, a instalação de um crematório para este mesmo segmento da população. O cemitério passou a receber também os cadáveres de presos políticos, devido a um acordo estabelecido informalmente entre o IML/SP, DOI-CODI/SP e DEOPS/SP. Encabeçado pelo delegado de ordem política do DEOPS, Alcides Cintra Bueno, e Harry Shibata, membro da diretoria do IML/SP, o acordo visava ocultar os vestígios das mortes dos militantes (Caligiuri Filho, 1992, p.11), a fim de garantir uma aparência de legalidade às práticas repressivas da ditadura.

Em depoimento à CPI, o delegado Josecyr Cuoco confirmou suspeitas aventadas por sobreviventes e pelo BNM de que os sepultamentos clandestinos estiveram associados à ação de um grupo do DOI-Codi/SP especialmente treinado para matar, chamado "GTA" (Grupo Tático Armado), comandado por um tenente da Polícia Militar (PM). Este grupo simulava as mortes sob tortura produzindo versões falsas em que se apontavam variadas causas para os óbitos, tais como tiroteios,

tentativas de fuga, atropelamento, suicídio ou acidentes de automóvel. Em outras ocasiões, desaparecia-se com as pessoas sem produzir justificativas. As práticas que forjaram as falsas versões para os assassinatos e a ocultação de corpos – alterando os procedimentos do IML e dos cemitérios de São Paulo – foram documentadas e nos informam sobre a articulação e o controle exercidos pelos órgãos de segurança interna (*Idem*, 1992, p.25, 41).

Estima-se que, ao menos 19 corpos de militantes assassinados foram enterrados no Cemitério D. Bosco¹⁸, dez deles com nomes falsos. Desse total, seis, provavelmente, foram enterrados na vala clandestina, sendo que um deles era considerado desaparecido, enquanto cinco eram sabidamente mortos, embora seus corpos tenham sido ocultados dos familiares.

Os sepultamentos clandestinos envolviam procedimentos padronizados, permitindo-nos compreender a sua lógica. O PM Miguel Fernandes Zaninello era o responsável por transportar a maioria dos cadáveres de militantes assassinados do IML para o Cemitério D. Bosco, geralmente sepultados como indigentes. Ele também era o declarante de grande número de atestados de óbitos. Quando chegava ao cemitério, os sepultadores lhe perguntavam se haveria “algum especial” para enterrar, tal como denominavam os presos políticos assassinados.

De acordo com Jair Romeu, o auxiliar de autópsia do IML/SP, ele marcava com a letra “T” de terrorista, em vermelho, todas as solicitações de exame necroscópico e laudos referentes aos militantes. Várias requisições de exame possuíam anotação indicando seus nomes verdadeiros, mas eram enterrados com o nome falso utilizado na militância clandestina, conforme documentos encontrados nos arquivos do DEOPS. Romeu seguia as ordens do delegado de Ordem Política, Alcides Cintra Bueno, da polícia política. Os registros com a letra “T” não foram encontrados depois do final de 1973 (Barcellos, 2001, p.223). No Rio de Janeiro, as solicitações de exame necroscópico e laudos

18 Caco Barcellos levantou 28 nomes de militantes que poderiam estar enterrados no cemitério de Perus, cf. Barcellos (2001, p.224).

referentes a esses militantes eram grafados com as letras “sub”, de subversivo (Teles, 2005, p.36).

As autópsias eram realizadas pelo mesmo grupo de funcionários do IML que, em geral, ocorriam durante a noite, sem o testemunho de ninguém. Segundo Josué Teixeira dos Santos, administrador do necrotério do IML à época, havia uma lista restrita de legistas na escala para este trabalho. O próprio comandante do DOI-CODI/SP, o então major Carlos A. B. Ustra determinou que apenas a cabeça dos mortos fosse fotografada, de modo a ocultar as marcas de tortura (Caligiuri Filho, 1992, p.20-2). Note-se que, o documento exigia uma resposta à possível ocorrência de tortura. Os legistas frequentemente descreviam as marcas de tortura, ao passo que, nas conclusões dos laudos, corroboravam a versão policial, em patente controvérsia quanto àquilo que haviam anotado (Almeida *et. al.*, 2009).

Harry Shibata relatou à CPI que, nas autópsias de presos políticos, não se fazia o corte do crânio, nas ocasiões em que este procedimento se fazia obrigatório, embora fosse registrado no laudo. Constatou-se ainda que não era hábito manter o morto na geladeira por 72 horas, à espera dos familiares, conforme determinava a lei (Caligiuri Filho, 1992, p.24).

As informações produzidas pela CPI levaram à extensão dos trabalhos a todos os cemitérios da capital e cidades vizinhas. Assim, outras ossadas foram encaminhadas ao DML/Unicamp para investigação com fins de identificação.

Um dos aspectos mais notáveis da CPI foi a produção de um número significativo de depoimentos de torturadores, entre policiais e militares que atuaram no DOI-CODI/SP e no DEOPS/SP. Neste sentido, dir-se-ia que a CPI não enfrentou o dilema do projeto BNM – o de privilegiar a fonte documental em detrimento da oral, apesar de algumas ausências significativas¹⁹. Muitos depoentes não admitiram a participação direta nas práticas de tortura, mas, outros, confirmaram sua existência sem “nenhum receio ou pudor (Lajolo, 2012).”

19 A convocação coercitiva de alguns notórios torturadores não foi possível em função do término do prazo dos trabalhos da CPI, cf. Caligiuri Filho (1992, p.9).

Esses depoimentos forneceram detalhes sobre a distribuição de funções dentro do aparato repressivo, em São Paulo, tornando-se mais clara a integração entre as instâncias repressivas (Caligiuri Filho, 1992, p.28-30), tal como ficou comprovado nas investigações realizadas sobre a logística envolvida nas falsificações de laudos, sepultamentos e ocultações de cadáveres, previamente descritos.

Apesar da coleta dessas informações, não foi possível encontrar a maioria dos restos mortais de dissidentes. As estratégias empreendidas pela repressão política para a ocultação das evidências foram, diversas vezes, bem sucedidas. Não obstante, a CPI conseguiu localizar o “Sítio 31 de Março”, em Parelheiros (SP), utilizado pelo delegado Sérgio P. Fleury (*Idem, Ibidem*, p.30, 34) e por membros do DOI-CODI/SP para torturar, infiltrar ex-militantes nas organizações de esquerda e, eventualmente, fazer desaparecer militantes. O sítio seria um correspondente paulista da “Casa da Morte” de Petrópolis (RJ) (Teles, 2011, p.142-159). As escavações realizadas no local, em condições bastante precárias, não lograram encontrar restos mortais.

Os testemunhos de familiares e sobreviventes ouvidos pela CPI tiveram grande impacto e deram visibilidade às histórias dos militantes assassinados, assim como à reivindicação de responsabilização desses crimes. Eles expressaram o exercício público de evocação que permitiu ampliar o conhecimento sobre a história e as memórias da ditadura.

A atmosfera política da CPI foi influenciada pelo entusiasmo provocado pela promulgação da Constituição de 1988 e a realização da primeira eleição direta para presidente depois da ditadura, em 1989. A Constituição incluiu uma série de direitos progressistas em várias áreas, ao mesmo tempo em que manteve significativos elementos autoritários, tais como os aspectos relativos às Forças Armadas (FFAA). O resultado foi o controle do Exército sobre as forças de segurança pública e a tutela das FFAA sobre os poderes políticos legitimamente instituídos, conforme determina o artigo 142, que trata da ingerência militar nos assuntos civis. De acordo com o artigo, as FFAA destinam-se “à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da *lei e da ordem*” (Zaverucha, 2005, p.63-4, 93-5, 122). Os responsáveis pela repressão na ditadura se

sentiram relativamente seguros com a manutenção dos principais artigos da Lei de Anistia e, desse modo, a CPI da Vala de Perus pôde encaminhar seus trabalhos com certa tranquilidade.

Ao encaminhar os resultados de seu trabalho, a CPI recomendou um conjunto de propostas e de medidas legais de significativo impacto social, entre as quais se destacam a desvinculação do IML da polícia estadual e a reorganização dos cemitérios municipais. A Comissão solicitou ao governador que exigisse da União Federal a devolução dos arquivos do DEOPS/SP; e que as irregularidades do IML fossem objeto de investigação e, os responsáveis, punidos. Ao Ministério Público Federal (MPF), a CPI solicitou a apuração dos crimes de sequestro, tortura, morte e desaparecimentos forçados relatados, no âmbito da justiça. Ao presidente da República, recomendou a regulamentação da lei de arquivos (8.159/91), de forma a excluir a possibilidade de manter o sigilo dos documentos relativos à segurança do Estado e da sociedade por 60 anos (Caligiuri Filho, 1992).

Alguns reflexos institucionais gerados pelas recomendações da CPI foram sentidos rapidamente, tal como a abertura do arquivo do DEOPS/SP em janeiro de 1992, a edição da Lei dos Desaparecidos (9.140/95) e a formação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Muitos desdobramentos, contudo, desenvolveram-se mais lentamente e de maneira limitada, tal como as ações judiciais propostas pelo MPF, a partir de 2008, e a edição da Lei de Informação, em 2011.

4. O IMPACTO INICIAL DA ABERTURA DA VALA E A INTERRUÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES

Entre 1991 e 1992, impulsionados pela ampla visibilidade dada pela imprensa e o apoio da prefeita Luiza Erundina, os trabalhos de investigação da UNICAMP levaram à identificação de dois militantes²⁰,

²⁰ Os militantes enterrados na vala clandestina e identificados foram Dênis Casemiro e Frederico Eduardo Mayr (1948-1972). Os restos mortais de Mayr foram identificados em 25/06/92, cf. Almeida (2009, p.323-5).

cujos restos mortais estavam enterrados na vala de Perus. Os esqueletos de outros três militantes enterrados em covas individuais no cemitério também foram identificados²¹. Neste período, foi possível estabelecer a identidade de duas ossadas encontradas no cemitério de Campo Grande²².

D. Paulo E. Arns oficiou duas missas em homenagem a esses dissidentes assassinados, reeditando as emblemáticas celebrações realizadas na Catedral da Sé nos anos 1970 (Teles, 2005, p.75-83). Após a identificação dos restos mortais de Sônia Maria de Moraes Angel Jones – estudante de economia da UFRJ e militante da ALN assassinada em 1973 –, seu pai, João Luiz de Moraes, desabafou:

Quando tive a certeza de que encontrara a ossada de minha filha, a partir da explicação do legista, fiquei emocionado. Trouxe a urna com os seus ossos para a Assembleia do Estado do Rio de Janeiro e, na tarde cinzenta e chuvosa do dia 12 de agosto de 1991, enterrei-os no [...] cemitério Jardim da Saudade. Finalmente, quase 18 anos após sua morte, minha filha teve um sepultamento digno. E cristão (Moraes, 1994, p. 67).

Para os pais de Sônia e demais familiares que conseguiram encontrar os restos mortais de seus entes queridos, a busca pela elaboração dessas mortes violentas e o estabelecimento da luta do tipo de Antígona, na qual o imperativo do luto possa ser sancionado no espaço público, ganhou novos contornos e sentidos. Estes familiares continuam tentando nomear essas experiências-limite e reinscrevê-las na história do país, processando *jurídica e simbolicamente* esses traumas históricos. É o que se depreende do relato da mãe de Sônia, Cléa Lopes de Moraes, militante do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ), para quem a filha:

21 Os militantes enterrados em sepulturas individuais e identificados foram os de Sônia Maria Moraes Lopes Angel, Antônio Carlos Bicalho Lana e Hélber José Gomes Goulart (1944-1973).

22 Do cemitério de Campo Grande, em São Paulo, foram identificadas as ossadas de Emmanuel Bezerra dos Santos (1943-1973) e Manoel Lisbôa de Moura (1944-1973), militantes do PCR assassinados em setembro de 1973, cf. Almeida (2009, p.458-61).

[...] integrou uma geração que procurava, corajosamente, melhorar a sociedade brasileira, eliminando desigualdades e injustiças. Seu grupo, entretanto, foi massacrado por uma repressão desigual e injusta. Mas nós fazemos a História. Queremos vingar nossa filha e seus companheiros, desvendando fatos ainda obscuros do período militar no Brasil, além de apontar os culpados e clamar por justiça. Isso nos bastará (Moraes, 1994, p. 110)

Em consonância com essa perspectiva, em abril de 1991, organizou-se uma caravana de familiares e de militantes de direitos humanos dirigida à região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, com o fim de realizar buscas de informações e restos mortais de combatentes desse movimento. Encontraram-se, então, três esqueletos de supostos guerrilheiros, os quais foram levados para a UNICAMP.

Suspeitava-se que os restos mortais encontrados no cemitério de Xambioá (TO) eram de Maria Lúcia Petit da Silva (1950-1972) e de Francisco Manoel Chaves (?-1972)²³. Após longa espera, em maio de 1996, Maria Lúcia foi identificada e a família pôde realizar os rituais funerários (Almeida *et. al.*, 2009, p.25-9). Outra ossada encontrada na ocasião, foi identificada apenas em 2009, como sendo de Bergson Gurjão Farias (1947-1972) (Torres, 2009).

Antes do término do mandato da prefeita Luiza Erundina, ergueu-se um memorial no local onde se encontrava a vala comum, de autoria do arquiteto Ricardo Ohtake. Inaugurado no final de 1992, o memorial deu lugar às diversas missas celebradas por D. Paulo E. Arns no dia de finados, em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos (Teles, 2015, p.212). O memorial compõe o processo de construção de identidade de familiares e sobreviventes, bem como a paisagem histórica da cidade, contribuindo para estabelecer uma “memória de longa duração” (Assmann, 2011, p.358-59) sobre a repressão ditatorial.

A partir de 1993, porém, nenhum informe oficial foi divulgado sobre as investigações. Neste contexto, em maio de 1995, os familiares e entidades de defesa dos direitos humanos exigiram a prestação de

23 O caso do marinheiro Francisco Manoel Chaves permanece sem desfecho, já que sua família não foi encontrada, cf. Almeida *et. al.* (2009).

contas sobre as pesquisas de identificação das ossadas de Perus e demais cemitérios. Soube-se, então, que fragmentos ósseos dos seis militantes mortos, já identificados pelo DML, haviam sido encaminhados para a Alemanha. Ademais, fragmentos ósseos de esqueletos não identificados foram encaminhados para a extração de DNA na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte (MG).

Estabeleceu-se uma comissão para garantir a transparência dos trabalhos de investigação do DML/Unicamp. Afiançou-se que as ossadas seriam devolvidas ao cemitério de Perus depois do término das pesquisas e em condições previamente acertadas com os familiares. O DML comprometeu-se também a enviar relatório detalhado a respeito da investigação.

Após um ano sem respostas, os familiares, mediante interferência do então Secretário da Justiça do Estado de S. Paulo, Belisário dos Santos Jr., conseguiram reunir-se com o reitor da Unicamp, o Secretário Adjunto da Secretaria da Segurança Pública (SSP) e os deputados estaduais Renato Simões e Wagner Lino. Na ocasião, decidiu-se pelo afastamento do Dr. Badan Palhares da investigação; o envio de médicos legistas da Secretaria de Segurança para acompanharem os trabalhos; a participação de um perito internacional como observador; o encaminhamento de questionário elaborado pelos familiares com todas as dúvidas a serem esclarecidas pela reitoria. O Dr. José Eduardo B. Zappa assumiu a direção da investigação e o médico legista Carlos Delmonte foi encaminhado pela Secretaria da Segurança para supervisionar o DML/Unicamp.

A despeito dos esforços empenhados pelos familiares, as respostas fornecidas por meio da Procuradoria Geral da Unicamp foram evasivas e contraditórias. Em abril de 1997, os familiares receberam cópias do relatório do Dr. Zappa e do ofício do Dr. Delmonte. Tanto o relatório (primeiro documento oficial do DML/Unicamp a respeito das ossadas), quanto o ofício do médico legista foram evasivos, dedicando-se apenas a elogiar o DML da referida universidade.

Diante dessa situação, foi criada em fevereiro de 1998, uma Comissão Especial para sugerir as providências necessárias à conclusão

dos trabalhos de identificação dos militantes enterrados na vala de Perus, presidida pelo médico legista Antenor Chicarino, composta por ativistas de direitos humanos, familiares e representantes da Secretaria da Cultura e da Justiça do Estado de São Paulo²⁴. Após a realização de vistoria nas dependências da Unicamp, constatou-se a precariedade do acondicionamento das ossadas e o comprometimento das investigações, pois os esqueletos estavam em sacos abertos e sem identificação, jogados ao chão sujo de lama, devido à inundação que atingiu o prédio, e sobre pesados móveis.

A Comissão propôs a transferência das ossadas para o Instituto Oscar Freire, do DML/USP, a ser realizada após minuciosa averiguação da situação e seguida da elaboração de um relatório circunstanciado acompanhado por um perito internacional, contendo o planejamento das investigações e um prazo para seu término.

O relatório da Comissão foi entregue aos Secretários da Justiça e da Segurança Pública em abril de 1998, mas não obteve qualquer resposta das autoridades. Em março de 1999, membros da extinta Comissão realizaram reunião com o então Secretário da Segurança Pública, Marco Vinícius Petroluzzi, que se comprometeu a se pronunciar a respeito das soluções propostas no ano anterior.

Diante desse panorama desalentador, nesse mesmo mês, a família de Flávio C. Molina propôs uma Medida Cautelar Incidental com pedido de concessão de liminar para produção de prova, a fim de instruir a Ação de Ressarcimento de Danos proposta em 1992 para “[...] determinar a imediata perícia - exame de DNA nas ossadas que [...] receberam os números 240 e 57 [...]”, a fim de proceder à sua identificação (ALMEIDA, *et. al.*, 2009, p.27). A ação solicitava que, caso a Unicamp não pudesse realizar esta prova pericial, as ossadas deveriam ser transferidas para local seguro, onde fosse possível fazer o exame necessário.

Em setembro de 1999, o MPF instaurou o inquérito civil 06/99 para apurar o encaminhamento dispensado aos restos mortais de Flávio

24 Atuei como integrante da Comissão Especial criada para sugerir providências com vistas ao término das investigações das ossadas do cemitério D. Bosco, em Perus.

C. Molina e das ossadas da vala de Perus, na Unicamp. Atendendo a uma solicitação do GTNM-RJ, o MPF/SP iniciou a apuração, tendo em vista que a universidade não apresentou nenhum relatório pormenorizado a respeito das pesquisas.

5. A RETOMADA DAS INVESTIGAÇÕES: AVANÇOS TÍMIDOS

Após a realização de diversas diligências, o MPF/SP constatou que não seria mais possível continuar as investigações sobre Perus na Unicamp. Em novembro de 2000, a Secretaria de Segurança nomeou o Dr. Daniel Muñoz, professor da Universidade de São Paulo (USP) e médico legista do IML/SP, como responsável pela identificação das ossadas de Perus. Promoveu-se, em janeiro de 2001, a transferência dos documentos, bem como das sete ossadas suspeitas de pertencerem a Flávio Carvalho Molina, Hiroaki Torigoe e Luiz José da Cunha para o Cemitério Municipal do Araçá, em São Paulo. Os restos mortais encontrados no cemitério de Xambioá (TO) também foram transferidos para lá. Em maio de 2001, todo o material armazenado na Unicamp foi transferido para o columbário do cemitério, a fim de ser higienizado e catalogado.

Constatou-se que tanto a universidade quanto a SSP/SP não adquiriram tecnologia capaz de empreender os exames necessários. Diante desse cenário, os familiares recusaram a colaboração da Polícia Federal (PF) e solicitaram o apoio da CEMDP para que, ao lado do MPF/SP, enviasse esforços para obter os recursos necessários para a realização dos exames no Laboratório Genomic Engenharia Molecular, tendo em vista que um dos sócios do laboratório é familiar de Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides, militante do PCBR²⁵ assassinado pelos órgãos de segurança em 1972 (Almeida *et. al.*, 2009, p.330-33).

25 Partido marxista-leninista criado em 1968, cujo principal líder era Mário Alves, antigo militante do PCB assassinado em 1970, que preconizava a revolução socialista, a ser realizada em duas etapas no Brasil, sendo a primeira democrático-burguesa, cf. Arquidiocese (1989).

Na década de 1990, ele havia se oferecido para colaborar com a equipe do Dr. Badan Palhares, mas este recusou sua ajuda.

Após 16 anos de tentativas frustradas, os restos mortais de Flávio C. Molina foram identificados em setembro de 2005. No mês seguinte, realizou-se a cerimônia de entrega de seus restos mortais à família com a presença de companheiros, amigos, autoridades e representantes de movimentos de defesa dos direitos humanos. Em seguida, Molina foi homenageado e enterrado no túmulo da família, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

O mesmo encaminhamento foi dado ao exame dos restos mortais de Luiz José da Cunha, dirigente da ALN assassinado em 1973. Os fragmentos ósseos da suposta ossada dele haviam sido enviados para a UFMG em 1997, a fim de realizar o exame de DNA. Em 2001, porém, constatou-se que as amostras haviam sido armazenadas em condições precárias. Nova coleta de amostra de sangue foi feita em 2005, mas, novamente, a USP não conseguiu fazer a extração de DNA dos ossos. Em fevereiro de 2006, nova remessa do material genético foi enviada para o laboratório Genomic. Finalmente, em junho daquele ano, obteve-se o resultado positivo.

O MPF/SP exigiu alterações na condução dos trabalhos de investigação no cemitério de Perus. A continuidade das pesquisas se deparou com diversos obstáculos e a dificuldade de localizar as antigas sepulturas dos anos 1970, considerando-se que as disposições das ruas e a numeração das mesmas haviam sido modificadas. Em setembro de 2007, os trabalhos de buscas foram reiniciados, mas não apresentaram avanços significativos.

A partir de 2008, o MPF propôs diversas ações civis e criminais, visando à responsabilização dos envolvidos com o aparato repressivo do período ditatorial. Em meio à imposição de obstáculos políticos e jurídicos, nenhum desses processos chegou a produzir consequências judiciais definitivas até o momento²⁶.

26 Até dezembro de 2014, o MPF havia realizado 200 investigações para apurar crimes cometidos pela ditadura, ajuizando nove ações penais contra 22 agentes da repressão acusados de sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos.

A retomada das pesquisas possibilitou também a identificação dos restos mortais de Miguel Sabat Nuet, os quais se encontravam numa sepultura individual do cemitério D. Bosco. Anos antes, durante as pesquisas realizadas pela Comissão de Familiares nos arquivos do DEOPS/SP, tomou-se conhecimento de seu caso. Um documento de Sabat Nuet marcado com a letra “T” foi encontrado. A anotação indicava que, provavelmente, tratava-se de um perseguido político assassinado pelos órgãos repressivos.

De acordo com a documentação, Sabat Nuet foi preso em 9 de outubro de 1973 e teria se enforcado na carceragem do DEOPS/SP, no dia 30 de novembro daquele ano. Seu corpo foi sepultado como indigente no cemitério D. Bosco ao lado dos militantes da ALN, Antônio Carlos B. Lana e Sônia Maria de M. Angel Jones. Ele era natural de Barcelona, na Espanha, e possuía cidadania venezuelana. Divorciado, tinha três filhos e era vendedor de veículos. Uma foto sua foi divulgada pela Comissão de Familiares, a fim de viabilizar o contato com os seus familiares. Essas tentativas não prosperaram, mas a Comissão de Familiares protocolou o pedido de reconhecimento de seu caso na CEMDP, visando garantir a continuidade das investigações sobre sua morte.

Em 2008, o jornalista Rubens Valente, da Folha de S. Paulo, conseguiu localizar sua filha, Maria Del Carmen Sabat, na Espanha (VALENTE, 2008). A família não possuía informações sobre a morte de Sabat Nuet, nem sobre seus restos mortais. Em abril daquele ano, suas ossadas foram exumadas a pedido do MPF/SP. O material genético a ser utilizado no exame de DNA foi colhido e analisado pelo Laboratório Genomic e, finalmente, em agosto restou comprovada sua identidade (S/A, 28/08/2008; Almeida *et. al.*, 2009, p.498-500). Seus restos mortais, contudo, foram entregues à família apenas em dezembro de 2011. Na cerimônia realizada em São Paulo, sua filha declarou: “Não se pode mudar o passado. Os filhos e netos de Miguel Sabat Nuet pedem justiça, em nosso nome, mas também em nome de todos os filhos

Dessas ações, pelo menos seis já foram rejeitadas pela justiça. Nesse período, o MPF ouviu o testemunho de 220 pessoas, entre sobreviventes e agentes de segurança do período, cf. MPF (2014), p.23. Em outubro de 2018, o MPF ajuizou a 38a. denúncia relativa aos crimes de lesa humanidade praticados pela ditadura, cf. GODOY (2018).

e netos de desaparecidos políticos. Não estamos apenas recebendo seus restos mortais, mas também resgatando uma parte da história de nosso pai” (flacso, 2012).

Outras investigações continuaram, sobretudo para localizar os restos mortais de Hiroaki Torigoe (1944-1972). Durante a sua prisão, efetuada em janeiro de 1972 pela equipe do delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., o Otavinho, Torigoe foi baleado (Almeida *et. al.*, 2009, p.304-05). Diversos presos políticos, que se encontravam no DOI-Codi/SP nesse dia, testemunharam-no sendo conduzido à sala de torturas, apesar de gravemente ferido.

A nota oficial divulgada à imprensa, porém, anunciou que Torigoe havia sido vítima de um enfrentamento em tiroteio. O laudo necroscópico, assinado pelos médicos Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini, corroborou a versão policial. A análise das fotos do exame necroscópico, localizadas no arquivo do DEOPS, confirma as torturas sofridas, mostrando um de seus braços quebrado e diversas marcas e hematomas.

Enterrado com o nome de Massahiro Nakamura, o corpo de Torigoe não foi entregue à família. Seu reconhecimento foi realizado pelo irmão, por meio de fotografias. Em conformidade com a lei, três anos depois, a família foi ao cemitério para resgatar seus restos mortais, quando recebeu a informação de que havia ocorrido uma exumação em massa na área onde ele fora enterrado, em 1976, por solicitação da administração. Na época, a direção não soube informar seu paradeiro.

Em 1990, os familiares de Torigoe pesquisaram nos livros do cemitério e constataram que seus restos mortais haviam sido inumados no mesmo local onde foram enterrados, encontrando-se em uma sepultura individual. Solicitou-se, então, a continuidade da investigação do caso ao DML/Unicamp. Badan Palhares realizou exumações na área, mas junto aos supostos restos mortais de Torigoe não havia crânio. Em setembro de 2007, a pedido do MPF/SP, o IML exumou restos mortais em outra sepultura, mas os resultados análises foram negativos. O trabalho de investigação sobre as demais ossadas não prosperou. O conjunto das ossadas continuou depositado no Cemitério do Araçá, em condições precárias de conservação.

Diante da negligência das autoridades, em 2009, o MPF/SP propôs uma ação civil pública, solicitando a condenação dos órgãos públicos e pessoas físicas responsáveis pelo abandono das ossadas. A ação solicitou também o incremento da CEMDP para que esta tivesse condições de continuar as investigações²⁷. No ano seguinte, firmou-se um convênio entre a CEMDP, o Ministério da Justiça (MJ) e a PF, segundo o qual os peritos desta coordenariam os trabalhos com vistas à localização de sepulturas, exumações e exames antropométricos de restos mortais de militantes assassinados durante a ditadura.

A medida desconsiderava uma antiga reivindicação dos familiares de que as investigações não fossem conduzidas por órgãos policiais (Lisbôa, 2011). Nesse período, nenhum progresso foi registrado. As práticas de ocultação dos cadáveres e de provas dos crimes cometidos pelos órgãos de segurança interna permaneceram praticamente intactas, sendo que a reparação simbólica às vítimas mostrou-se pouco eficaz ou inexistente.

6. NOVA RETOMADA: A COLABORAÇÃO DA EAAF E DA UNIFESP

Em 2012, a Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP) ofereceu à Comissão de Familiares uma doação em dinheiro para ser utilizada na retomada das investigações sobre as ossadas da vala de Perus. A presidente da entidade e sua advogada empenharam-se para viabilizar a doação²⁸. Os familiares, em acordo com o MPF/SP, decidiram convidar a EAAF para avaliar as condições em que se encontravam os restos mortais encontrados no cemitério de Perus.

Decidiu-se iniciar a investigação pela análise das ossadas, que supostamente pertenciam a Hiroaki Torigoe, e, a partir delas, avaliar o trabalho feito ao longo de duas décadas. Com o diagnóstico da situa-

27 Cf. Ação 2009.61.00.025169-4 (0025169-85.2009.4.03.6100), que tramita na 6ª Vara Federal.

28 Alexandrina Cristensen de Souza (falecida em 2013) e a advogada da instituição, Paula Febrot.

ção, pretendia-se elaborar um plano de trabalho com vistas ao prosseguimento das pesquisas.

Antropólogas da EAAF realizaram estudos detalhados das ossadas armazenadas em 21 caixas separadas pelo IML/SP e do DML/USP, responsáveis pelas investigações desde 2001. Em abril de 2013, o resultado da análise foi apresentado em uma audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de S. Paulo “Rubens Paiva”. O relatório não poupou críticas aos técnicos das instituições mencionadas acima:

[...] a metodologia empregada pelas equipes da Unicamp e da USP para identificação das ossadas estava equivocada e ultrapassada. Ainda que na época (1990) o exame de DNA não estivesse disponível, havia protocolos internacionais que permitiam o avanço da identificação através dos dados antropométricos. As descrições constantes nas fichas estavam focadas nas medidas do crânio em detrimento de outros ossos que poderiam oferecer informações relevantes para a identificação, tornando-se pouco conclusivas (CEV/SP, 2015, p.13).

O relatório da EAAF assinalou a maneira duvidosa com que o levantamento dos dados antropométricos relativos à definição da altura, lateralidade, traços étnico-raciais e sexo dos restos mortais contidos nas caixas havia sido feito. A equipe concluiu que seria necessário retomar o trabalho a partir do protocolo básico, o que não havia sido feito ao longo de duas décadas. Para realizar a triagem dos ossos de forma adequada, com metodologia atualizada, dever-se-ia partir das características físicas (idade, altura e sexo) das pessoas procuradas.

A abertura das caixas revelou o mau acondicionamento das ossadas. Estas se encontravam sujas, úmidas e com fungos, o que prejudica a preservação dos resquícios genéticos e a obtenção de material para a realização do exame de DNA. Inicialmente, a equipe procedeu à limpeza das ossadas e à reconstrução dos ossos fraturados e das arcadas dentárias. Concluiu-se que nas 21 caixas se encontravam ossos referentes a 22 pessoas, das quais quatro foram excluídas da análise por serem do sexo feminino, não podendo ser consideradas para

fins de identificação de Hiroaki Torigoe²⁹. Somente uma das ossadas foi enviada para análise de DNA, mas os resultados foram negativos.

O trabalho da EAAF evidenciou a negligência com que os restos mortais dos desaparecidos políticos foram tratados pelas instituições responsáveis por identificá-los, ao longo de 20 anos. A repercussão do diagnóstico impulsionou nova articulação, conduzida pelos familiares e instituições de defesa dos direitos humanos. Reacendeu-se o debate sobre a retomada das investigações e a definição das medidas necessárias.

Ressaltaram-se questões relativas à precariedade das condições de armazenamento das ossadas e à responsabilidade legal da Prefeitura pela guarda das mesmas e pelas investigações. Representantes da Prefeitura alegavam que a Lei 9.140/95, de âmbito federal, avocava para si essa tarefa. Este argumento foi refutado, tendo em vista que a referida lei não exclui a assunção de responsabilidade de nenhuma instância ou órgão público³⁰.

Inicialmente, estabeleceu-se, sem uma consulta ampla aos familiares, que as ossadas deveriam ser transferidas para o IML/SP, sem levar em conta a finalidade do órgão, sua participação na ocultação de cadáveres e na falsificação das *causa mortis* dos presos políticos assassinados durante a ditadura³¹.

Por fim, a ministra dos direitos humanos à época, Ideli Salvatti, reconheceu a impossibilidade da transferência das ossadas para o IML/SP: “Os familiares sempre manifestaram desconfiança em relação ao Instituto Médico Legal de São Paulo [...]. Nunca admitiram que a aná-

29 Note-se que outras 12 ossadas pertenciam a homens com mais de 35 anos e não poderiam ser consideradas como pertencentes a Torigoe, tendo em vista que ele contava com 27 anos quando foi assassinado. Três outras não tinham a altura compatível e outras duas não possuíam arcada dentária.

30 Cf. art. 4º., item II, da lei 9.140/95, que dispõe sobre as atribuições da CEMDP, disponível no site <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm>. Consultado em: 04 mai. 2016.

31 O IML tem como função a realização da autópsia – exame do indivíduo depois da morte –, mas 70% de seu atendimento diz respeito aos vivos, pessoas que foram vítimas de acidentes de trânsito, agressões, acidente de trabalho, cf. o site oficial do IML.

lise fosse feita lá. Esse era um dos grandes nós a serem desatados para que o trabalho andasse (Arruda, 2014).”

Nesse contexto de crescente debate sobre o legado da ditadura, sobretudo após a sanção da Lei de Informação e a criação da CNV, impulsionadas pela condenação do Brasil na OEA relativa ao caso da Guerrilha do Araguaia, os familiares buscaram o apoio da ministra Eleonora Menicucci (do então Ministério para Políticas Públicas para Mulheres). Sua reivindicação consistia na transferência das ossadas para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a qual foi prontamente atendida.

A proposta encaminhada à reitora da universidade, Soraya Smaili, previa a instalação de um Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, uma iniciativa pioneira no Brasil. Os familiares solicitaram que a EAAF integrasse a equipe de técnicos, tendo em vista sua *expertise*, o que poderia contribuir tanto para as investigações quanto para a formação do corpo de profissionais do referido centro. O governo federal estabeleceu, assim, uma parceria entre a Unifesp, o MPF/SP, a SDH/PR e a SMDH/SP, a fim de viabilizar o andamento do projeto. Ademais, constituiu uma parceria entre o Ministério da Educação (ME) e a Unifesp, por meio da qual repassou recursos, garantindo-lhe condições materiais para a realização das investigações.

Em setembro de 2014 foi anunciada a retomada das pesquisas relativas às ossadas de Perus, que contou com pronunciamentos otimistas das autoridades presentes (CRUZ, 2014). A reitora da Unifesp aceitou a proposta de criar o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) e anunciou que o centro seria instalado a tempo de realizar as investigações³². Duas equipes foram criadas para dar sequência às investigações: o Grupo de Trabalho de Perus (GTP) e o Grupo de Acompanhamento de Perus (GAP), do qual participam representantes da sociedade civil e dos familiares.

32 Em 2014, o ME repassou 500.000 reais para alugar e reformar uma casa, adaptando-a para o trabalho da antropologia forense, cujo repasse de verbas garantiria o prosseguimento dos trabalhos. Parte da equipe técnica foi contratada, via convênio com o PNUD. Ademais, a Associação de Antropologia Peruana passou a dar suporte técnico às investigações, cf. CEV/SP (2015, p.14).

Não obstante os esforços empenhados, as dificuldades reapareceram. A reforma da casa que aloja o CAAF atrasou. Os antropólogos e arqueólogos permaneceram submetidos a contratos provisórios com o PNUD/ONU, trabalhando em dois períodos ao longo de 2014 e 2015, retomando as atividades em abril de 2016. O encerramento de seu contrato, porém, terminou em fevereiro de 2017. Após um intervalo de tempo, uma nova equipe se formou composta de um número menor de pesquisadores, o que resultou em atrasos nos prazos relativos ao término dos trabalhos.

Desde o início, os representantes da EAAF sublinharam a necessidade de se criar um laboratório genético, mas a iniciativa foi protelada. Uma divergência quanto à metodologia a ser adotada nas investigações piorou o ambiente dos trabalhos: a EAAF considerava prioritário realizar a análise dos restos mortais dos desaparecidos políticos, antes de proceder à catalogação das demais ossadas, entre outras. Devido às discordâncias e à falta de perspectivas a respeito da implantação do referido laboratório, a EAAF se retirou da investigação (ALMEIDA, 2017). A pesquisa sofreu grande perda, tendo em vista sua capacidade técnica e experiência internacional na identificação de restos mortais de pessoas desaparecidas. Apenas em fevereiro de 2016, a transferência das ossadas para o CAAF terminou, devido aos insistentes reclamos dos familiares.

Outro aspecto digno de nota, diz respeito ao Banco de Dados de DNA, criado em 2006, por meio da coleta de material genético dos familiares. A CEMDP realizou coletas no Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro, mas estas não seguiram as recomendações do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) no que diz respeito à cadeia de custódia, ou seja, o procedimento sistemático de rastreamento de material genético coletado. Segundo o CICV, a cadeia de custódia deve “incluir a etiquetagem sistemática de todas as provas e da documentação adequada para demonstrar ‘a sequência dos locais desde onde as provas físicas foram localizadas até sua apresentação nos tribunais, além das pessoas que a manusearam” (CICV, 2009, p.27). De acordo com o protocolo internacional de Bancos de DNA, deve-se emitir ainda um certificado às famílias que doaram material genético, após a

verificação do cumprimento desse rastreamento e a apresentação dos respectivos resultados.

Outro aspecto a ser sublinhado, as atividades do CAAF concorrem em paralelo às do GTP, o que não tem sido produtivo, tendo em vista que estas poderiam ser articuladas e, portanto, mais proveitosas³³. É de se considerar ainda que parte considerável da investigação tem sido custeada por verbas de emendas parlamentares obtidas, sobretudo pela deputada Luiza Erundina, mas também por Alessandro Molon, Glauber Braga, Paulo Teixeira e Paulo Pimenta, parlamentares sensíveis às solicitações dos familiares, e não de verbas regulares das instituições envolvidas no trabalho (Almeida, 2017).

Na atualidade, 756 das 1.047 caixas armazenadas no CAAF foram higienizadas, sendo que desse total, procedeu-se à análise do conteúdo de 736, das quais 25,5% continham restos mortais de mais de uma pessoa. Uma seleção de 259 amostras de ossos e dentes relativos a 100 casos foi enviada para análise genética à Comissão Internacional sobre Pessoas Desaparecidas (ICMP), com sede em Haia, na Holanda³⁴.

As análises feitas no material extraído da primeira remessa de amostras enviadas permitiram a identificação de Dimas Antonio Casemiro, após a comparação dos resultados do ICMP aos exames antropológicos, odontológicos e às informações *ante mortem* registradas pela equipe do GTP. Poucos mais de 28 anos depois da abertura da vala de Perus, a identificação de Dimas foi divulgada em fevereiro de 2018 (Guimarães, 2018).

Considerando-se a atribulada história do resgate dos restos mortais da vala de Perus, cabe sublinhar que na medida em que alojou aque-

33 Cf. Almeida (2017). Chama a atenção o fato da Equipe Peruana de Antropologia Forense (EPAF) ter deixado o GTP em outubro de 2017, devido a não renovação de seu contrato. A participação das organizações não governamentais justifica-se por serem independentes do Estado, que promoveu a política de desaparecimento forçado e cujas responsabilidades não foram assumidas inteiramente.

34 Em julho de 2018, o GTP deveria entregar ao ICMP mais um lote com 250 amostras para análises genéticas. Estima-se que o trabalho seja concluído em abril 2019. Cf. dados divulgados pelo GTP em reunião de 15/12/2017, cf. Almeida (2017).

les considerados “indesejáveis” pela ditadura, ela insere outra visão da história, favorecendo a reflexão crítica do nosso passado. A memória desse trauma histórico, assim como a própria recuperação dessa história, revela sua precariedade, mas também sua capacidade de resistência, tornando-se o principal recurso que, eventualmente, pode-se interpor ao sofrimento e à injustiça.

A vala clandestina de Perus nos vincula à violência contra dissidentes, assim como à população pobre da periferia. Trata-se de um local demarcado pelos familiares e sobreviventes, mas também da manifestação de uma *memória involuntária* que “traz à luz uma descoberta tardia, repentina” (Assmann, 2011, p.358), a qual vem à tona, *i.e.*, por meio da descoberta dos restos mortais de cerca de 400 crianças, vítimas da epidemia de meningite, censurada pela ditadura. A vala é uma ferida que não pode cicatrizar.

Símbolo da repressão ditatorial, a vala é a asseguuração arqueológica dos vestígios de um passado traumático, que se quis soterrado. Um local que estabelece um vínculo com o passado recente, embora situado entre a presença e a ausência. A vala tornou-se um local que, combinado à recuperação da história, suscita estranheza e nos faz perceber “o afastamento e a distância irre recuperável do passado” (*Idem*, p.357, 360).

A persistência dos familiares em estabelecer a história e a identidade daqueles que foram enterrados nesse local tem por objetivo dirigir nossa atenção para um passado que resistimos em voltar nosso olhar. Não obstante os obstáculos, eles apostam no esforço de testemunhar e recordar como uma maneira privilegiada de escrever a história e perfazer o luto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme consideramos neste estudo, a transição brasileira para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes, pactuada entre as elites civis e militares, após terem sido dadas mostras de que não se remexeria o passado. No momento em que o país procurava lidar com

as mudanças decorrentes da transição à democracia, alguns atores e setores sociais buscaram exibir marcas simbólicas e efetivas de rompimento com aquele período histórico, sistematizando e divulgando as denúncias dos crimes da ditadura, tendo em vista propostas e mecanismos de recuperação da verdade jurídica e histórica capazes de transmitir as memórias e o legado do período ditatorial.

Não obstante os esforços empenhados, a transição tutelada assegurou a impunidade e a preservação de dispositivos do Estado de Segurança Nacional tanto na Constituição de 1988, quanto nas leis de exceção remanescentes da ditadura. Os meandros da história política recente delineados aqui nos ajudam a compreender o contexto em que se insere a abertura da vala clandestina de Perus, que, conforme argumentamos, representa um dos marcos ‘fundacionais’ da construção da memória social sobre a violência ditatorial.

A abertura da vala e a CPI de Perus produziram desdobramentos institucionais relevantes, tais como a recomendação para a desvinculação do IML da polícia estadual, a reorganização dos cemitérios municipais e a devolução dos arquivos dos DOPS. A apuração dos fatos relacionados à vala envolveu uma rara profusão de depoimentos de torturadores e de agentes da repressão indiretamente envolvidos com a tortura, trazendo à luz aspectos desconhecidos do período, ampliando o debate público sobre a ditadura.

O longo e inconcluso processo de identificação das ossadas de Perus revela, contudo, que, enquanto alguns países latino-americanos há tempos vêm se dedicando aos investimentos na memória e na elaboração simbólica e judicial do passado, o Brasil mantém-se como modelo de impunidade e atraso na promoção de uma política de memória e de reconstituição factual dos crimes da ditadura. A despeito dos esforços empenhados pela CNV, esse panorama contribui para a irresolução dos conflitos, impossibilitando as reconfigurações do campo social e jurídico que contemplem as exigências de reconhecimento das vítimas e de setores sociais atingidos pela ditadura. Trata-se de uma “lógica astuta”, pois ao mesmo tempo em que reconhece as demandas das vítimas por reparações, desloca-as para a periferia do universo polí-

tico, marginalizando o debate a respeito dos direitos humanos e de transformação social (Safatle, 2005, p.34).

Em conclusão, dir-se-ia que o Brasil avançou a partir das experiências aqui relatadas, mas, ao mesmo tempo, não soube aproveitar a oportunidade para a geração de processos de justiça e responsabilização que efetivamente refletissem a real magnitude dos eventos e violências consumados no período ditatorial. O presente cenário, no qual Bolsonaro foi eleito presidente da República, favorecendo a reorganização dos órgãos repressivos do período ditatorial, nos ensinam que a reconstrução da democracia passa, necessariamente, pelo enfrentamento direto desse passivo que a ditadura militar nos legou.

REFERÊNCIAS

ADES, César. “Múltipla Memória”. **Memória: Revista Psicologia da USP**. São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 9-24, 1993.

ALMEIDA, C.; LISBÔA, Suzana; TELES, Janaína de A.; TELES, M. A. de A. (Orgs.). **Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo, IEVE/Imprensa Oficial, 2009.

ALMEIDA, Criméia A. S. de. **Entrevista concedida à Janaína de A. Teles**. São Paulo (SP), 16/12/2017.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. 22^a. ed., Rio de Janeiro, Vozes, 1989.

ARRUDA, Roldão. “‘Sociedade tem dívida com famílias de desaparecidos’, diz Ideli”. São Paulo, **OESP**, 03/09/2014. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/sociedade-tem-divida-com-familias-de-desaparecidosdiz-ideli/>. Consultado em 06/04/2016.

ASSMANN, Aleida. **Locais de Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas (SP), Ed. Unicamp, 2011.

BARCELLOS, Caco. “O ‘Globo Repórter’ sobre a vala de Perus”. _____. In: TELES, Janaína (org.). **Mortos e Desaparecidos Políticos**:

Reparação ou Impunidade? 2ª.ed., São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

BARSOTTI, Adriana; FILHO, Aziz e DIEGUEZ, Consuelo. “Documentos identificam mortos do Araguaia”, **O Globo**, 28/04/96, p.14.

CALIGIURI FILHO, Júlio César *et al.* **Onde estão? Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e os desaparecidos políticos.** São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, 1992.

CAPELATO, Maria Helena R. **Memórias da ditadura militar argentina: um desafio para a história.** São Paulo, 2007, mimeo.

CARVALHO, Ricardo. “Aqui está enterrado um desaparecido. Anistia: A derrota do governo”. **Isto É**, no. 140, 29/08/1979.

COMISSÃO Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília/DF, Presidência da República, 2014, vol. I e II.

CRUZ, Elaine Patrícia. “Análise de ossadas da vala clandestina de Perus será retomada este mês”, **Agência Brasil**, 04/09/2014, disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-09>, consultado em 05/05/2016.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP). “**Eis aqui o paradeiro de dois ‘desaparecidos’**”. Brasília/DF, 22/08/1979.

COMISSÃO da Verdade do Estado de S. Paulo “Rubens Paiva”. **Relatório, Tomo I, Capítulo “Métodos e Técnicas de Ocultação de Corpos na Cidade de São Paulo”.** São Paulo, ALESP, 2015.

COMISSÃO Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília (DF), Presidência da República, 2014.

COMITÊ Internacional da Cruz Vermelha. **Pessoas Desaparecidos, Análise de DNA e Identificação de Restos Mortais. Um guia para as melhores práticas em conflitos armados e outras situações de violência armada.** 2a. ed., Genebra (Suíça), 2009.

FLACSO. **“Governo brasileiro pede perdão aos filhos e filha de Miguel Sabat Nuet, assassinado pela Ditadura Militar”**. 20/07/2012. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?p=990>>. Consultado em 03/04/2016.

GODOY, Marcelo. **“Procuradoria denuncia juiz auditor militar e procurador no caso Olavo Hanssen”**. OESP, 31/10/2018.

GUIMARÃES, Maria. “O desaparecido político Dimas Antônio Casemiro é identificado entre ossadas da vala clandestina de Perus. Trabalho envolveu análises genéticas e exame físico da ossada, encontrada há quase 30 anos”. São Paulo, **Revista Fapesp**, 20/02/2018.

HUYSEN, Andreas. **En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización**. México: FCE, 2002.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid, Siglo XXI, 2002.

LAJOLO, Teresa. **Entrevista concedida à Janaína de A. Teles**. São Paulo (SP), 10/04/2012.

LISBÔA, Suzana Keniger. **Entrevista concedida à Janaína de A. Teles**. Rio de Janeiro (RJ), 10 e 11/02/2003, 02/01/2004, e em São Paulo (SP), 05/10/2011.

LISBÔA, Suzana Keniger e TELES, Maria Amélia de A. “A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça!”. In: **Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira**. São Paulo, Instituto Macuco, 2012.

MINISTÉRIO Público Federal. **Justiça de Transição – Atividades de Persecução Penal desenvolvidas pelo MPF**. Brasília, MPF, 2014.

MOLINA, Gilberto Carvalho. **Entrevista concedida à Janaína de A. Teles**. Rio de Janeiro (RJ), 05/01/2004.

MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S. e ARAÚJO, Maria Paula (orgs.). **Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MORAES, João Luiz de. **O calvário de Sônia Angel. Uma história de terror nos porões da ditadura.** Rio de Janeiro, MEC Editora, 1994.

PÁDUA FERNANDES, Antonio. “Justiça de Transição e fundamento nos direitos humanos: perplexidades do relatório da Comissão Nacional da Verdade brasileira”. In: KASHIURA JR., Celso; AKAMINE JR., Osvaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a crítica do Direito: reflexões sobre teorias e práticas do direito.** São Paulo, Outras expressões; Editorial Dobra, 2015, p.717-745.

QUINALHA, R. H. Nem justiça, nem reconciliação: reflexões sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. São Paulo, **Painel Acadêmico**, 12/11/2015. Disponível em: <<http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/5517-nem-justica-nem-reconciliacao-reflexoes-sobre-a-comissao-nacional-da-verdade-no-brasil>>. Acesso em: 10/02/2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Edunesp, 1993.

SAFATLE, Vladimir. “Encontro marcado”. **Reportagem**, no. 65, fev./2005, p.31-4.

SALAMA, Maurício Cohen. **Tumbas Anonimas. Informe sobre la identificación de restos de víctimas de la represión ilegal.** Equipo Argentino de Antropología Forense. Buenos Aires, Catálogos, 1992.

S/A. “Ossada encontrada no cemitério de Perus é de Miguel Sabat Nuet, preso pelo Dops em 1973”. **O Globo**, 28/08/2008. Disponível em: <<http://www.globo.com/noticias/brasil/ossada-encontrada-no-cemiterio-de-perus-de-miguel-sabat-nuet-presopelo-dops-em-1973-567165.html#ixzz48qgABKTt>>. Consultado em 03/04/2016.

TELES, Janaína de A. **Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por “verdade e justiça” no Brasil.** Mestrado, História/FFLCH, USP, 2005.

_____. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. Doutorado, História/FFLCH, USP, 2011.

_____. “Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo”. **Lua Nova**, no. 96, 2015, pp.191-220.

TORRES, S. “DNA identifica segundo corpo de guerrilheiro morto no Araguaia”. **Folha de S. Paulo**, 07/07/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u591960.shtml>. Consultado em 15/02/2016.

UCHÔA, Marcelo. “**Governo federal entrega restos mortais aos familiares de Miguel Sabat Nuet**”. São Paulo, 14/12/2011. Disponível em: <<http://marcelouchoa.blogspot.com.br>>. Consultado em 20/04/2016.

VALENTE, Rubens. “Família quer apurar morte de espanhol durante a ditadura”. **Folha de S. Paulo**, 20/01/2008.

WEICHERT, Marlon A. “O relatório da Comissão Nacional da Verdade: Conquistas e desafios”. **Projeto História**. São Paulo, no. 50, p.86-137, Ago/2014.

WINTER, Jay. “A geração da memória: as reflexões sobre ‘boom da memória’ nos estudos contemporâneos de história”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó, Argos, 2006.

Recebido em: 09/04/2018.

Aprovado em: 28/09/2018.